

# Luta pela liberdade de imprensa em Moçambique desde a independência

Machado da Graça\*

**C**reio que se pode afirmar que a luta dos profissionais da informação pela liberdade de imprensa começou no período colonial, desde os tempos mais remotos da imprensa em Moçambique até a fase final da dominação portuguesa.

Essa luta teve que prosseguir, embora de formas diferentes, após a Independência, devido à concepção de informação que a Frelimo trazia da fase da luta armada.

José Luis Cabaço, em recente entrevista, afirmou que a informação na luta armada tinha "um carácter fundamentalmente operativo, militar, político e, por conseguinte, funcional a uma situação de combate. Este conceito de informação prevaleceu depois da independência."

Segundo o mesmo antigo ministro da Informação, no mesmo contexto, "criticar era considerado uma coisa prejudicial aos objetivos da luta, era uma forma de dividir, de semear a confusão perante o inimigo."

Esta descrição parece-me retratar bastante bem aquilo que os jornalistas moçambicanos, que não passaram pela luta armada, tiveram que enfrentar desde a chegada ao poder da Frelimo.

É preciso chamar a atenção para o facto de que, no período de transição, os órgãos de informação tinham sido, de uma forma geral, ocupados por jornalistas com posições claramente favoráveis à independência e à Frelimo. As redações encheram-se com jovens sem grande experiência, ou mesmo sem nenhuma, mas com o grande entusiasmo de fazer uma informação finalmente livre num país livre. Eles eram enquadrados pelos mais antigos, que vinham já das lutas da Tribuna ou da Tempo, por exemplo.

Mas, sendo favoráveis à Frelimo até ao entusiasmo, não imaginavam o que iria representar a imposição, por essa mesma Frelimo, da tal concepção operativa e militar.

Porque, desde o princípio, praticamente não houve diálogo. O governo desconfiava daquelas redações formadas por jovens, com uma preparação académica razoavelmente alta, sem nenhum aspecto daquela disciplina militar, que prevalecia nas zonas de combate, e com

---

\* Jornalista e atualmente trabalha na Rádio Moçambique.

anteriores de quererem fazer uma informação crítica e actuante. E, para além de tudo isso, com uma alta percentagem de brancos.

Alguns desses jovens tinham tido já, na Universidade, a experiência da luta política.

Estas características, por outro lado, eriam alguma desconfiança por parte de outros colegas, sem experiência de luta e que aceitavam mais passivamente as imposições do governo.

Acompanhei, pessoalmente, o processo no jornal Notícias, onde trabalhava, e penso que ali se desenrolou o primeiro grande conflito entre os jornalistas, que pretendiam uma informação livre e responsável, e o governo, que pretendia uma informação disciplinada e obediente, braço operacional do mesmo poder unitário, ao mesmo nível que qualquer outro sector do estado.

Era na altura director do jornal o advogado Pereira Coutinho e as suas posições políticas eram, como as de quase todos os outros jornalistas, entusiasticamente pró-Frelimo.

Mas, finda a euforia da Independência, o dia-a-dia do país tinha que ser reportado. E, por esse período, sucediam-se as arbitrariedades cometidas por pessoas que vinham com a euforia da vitória e procuravam trazer para as zonas urbanas as "experiências das zonas libertadas" de muito difícil, senão impossível, reprodução em locais com um desenvolvimento económico-social totalmente diferente das zonas rurais de Cabo Delgado, Niassa ou Tete.

E o Notícias começou a publicar textos críticos sobre atitudes abusivas ou, de qualquer forma, erradas.

Cabe aqui contar um episódio que teve um impacto importante neste processo: No início de 1976 um dos jornalistas do Notícias foi detido, por qualquer questão de arto de condução de mota, que não vem para o caso. Na prisão esteve numa cela com um número de reclusos muito maior do que o previsto para aquele espaço.

Depois de sair, o jornalista fez um artigo sobre as condições prisionais que tinha conhecido por experiência própria.

Em plena redacção fizemos experiências várias para conseguir definir com razoável certeza as dimensões da cela. O texto foi publicado e, sendo um dos mais críticos desde a Independência, ficamos à espera para ver qual seria a reacção. Não houve nenhuma.

Esta não-reacção animou o jornal a continuar nesse caminho, com base num raciocínio do tipo "quem cala consente". Pereira Coutinho, no entanto, não estava seguro e pediu uma audiência ao ministro da Informação, Jorge Rebelo, para pedir orientações mais claras. Se bem recordo, por vários meses esse pedido foi repetido várias vezes sem obter resultados.

E, quando houve resultados, estes foram bombásticos.

Um dia o Ministro da Informação convoca uma reunião geral de trabalhadores da empresa e, sem antes qualquer coordenação com a direcção do jornal, vai ao Notícias atacar com grande violência a redacção e o director, com acusações extremamente graves de que os jornalistas estariam a soldo do inimigo e outras coisas do mesmo género. A reunião terminou com a demissão do director Pereira Coutinho e a sua

substituição por Arlindo Lopes, que era o secretário da célula. A "purificação das fileiras" foi imediata e, talvez no período de um mês, saíram do jornal mais de 20 jornalistas. Ficaram os que melhor se conseguiam adaptar aos novos tempos e novos métodos mas que não eram, sem dúvida, os melhores. E o resultado viu-se, através daquilo que passou a ser conhecido por um jornal "cinzento".

Cinzentismo que se alargou a outros órgãos de informação pois o sucedido no Notícias foi uma mensagem clara para todos sobre como deveriam trabalhar.

Esta actuação no Notícias foi exemplar em mais do que um aspecto: Constituiu um modelo de actuação que viria a ser utilizado mais vezes. Primeiro não dar nenhuma orientação, ou dar orientações muito vagas ou mesmo contraditórias. Depois punir os jornalistas porque não cumpriram orientações que eram "muito claras".

O desfecho destas questões em reuniões gerais de trabalhadores tinha outros objectivos. Por um lado fazia apelo a contradições de classe entre os operários das oficinas e os jornalistas que eram repetidamente tratados de pequeno-burgueses.

Apelava-se ainda, embora isso não fosse expresso, ao racismo na medida em que as redacções tinham, entre os seus "rebeldes" muitos brancos. As substituições de "rebeldes" brancos por disciplinados negros eram assim muito melhor aceites pela maioria dos trabalhadores.

Começou a ser usada, nessa altura, uma expressão que viria a fazer uma longa carreira: os esquerdistas da informação. E não houve discurso oficial sobre os problemas do jornalismo que não incluísse, a partir de aí, um ataque aos esquerdistas ou aos desvios esquerdistas.

O que é, de certa forma elogioso porque era a constatação pelo poder de que a luta de muitos profissionais da informação pela liberdade de imprensa não tinha morrido. Pelo contrário, de cada vez que surgia uma oportunidade de se levantar a questão ela era levantada, com a força que fosse possível no momento.

A questão era posta, naquela época, com o nome de problema da crítica na informação. E surgiram alguns documentos interessantes. A Tempo, por exemplo, publicou uma nota da redacção que respondia a uma carta de leitor. Esta carta de leitor aconselhava os leitores da Tempo a fazerem as suas críticas àquilo que estivesse mal no interior das estruturas e não em cartas à revista. A nota de redacção chamava a atenção para que, muitas vezes, as críticas no seio das estruturas não levavam a lado nenhum e lembrava que as "cartas do leitor" da Tempo já vinham do período colonial e que agora continuavam aquela tradição, na altura tão aplaudida, embora noutras condições.

A Rádio Moçambique, através de um longo editorial, levantou também o problema referindo que é tarefa dos órgãos de informação apontar criticamente elementos que não cumprem com as orientações e procurar desviar do seu sentido as conquistas populares. Afirmava ainda que as empresas e serviços que prestavam um mau serviço deviam ser colocadas pela informação na lista das empresas a serem fustigadas pela crítica popular.

O mesmo editorial referia as dificuldades que os jornalistas enfrentavam no seu trabalho, desde a burocracia e desorganização dos serviços sobre que se pretende falar, à fuga a dar informações dizendo que elas não são oportunas e à indefinição sobre quem tem competência para falar à informação.

No Notícias da Beira o mesmo processo se desenvolvia. A partir de Abril de 1977 o jornal publicou uma série de artigos com o título comum: "Sobre o Liberalismo" em que se criticavam casos patentes de indisciplina, esbanjamento, anarquia e compromissos entre pessoas envolvidas em coisas pouco claras.

Esta série de artigos não foi bem recebida em vários círculos do poder, que o fizeram saber ao jornal. Este respondeu com outra série de artigos intitulada, desta vez, "Sobre a Crítica" em que se defendia a necessidade de criticar aquilo que está mal como forma de se fortalecer a sociedade revolucionária e socialista que se pretendia defender.

Mas como manda quem pode e obedece quem deve, esta segunda série terminou por uma "Autocrítica", claramente imposta, em que se pedia desculpa dos artigos anteriores.

É na sequência destes artigos que o jornalista Heliodoro Baptista é detido, durante 14 dias.

Estamos em 1977 e é neste contexto que os jornalistas mais activos propõem a realização do I Seminário Nacional da Informação, proposta que é aceita pelas estruturas.

Os trabalhos preparatórios foram longos, constando de edição de textos de apoio e textos para discussão, realização de palestras e debates e criação de grupos de trabalho para a elaboração de textos a serem aprovados no Seminário.

Indubitavelmente o tema central do Seminário foi o problema da crítica nos órgãos de informação ou, se quisermos, foi a questão da liberdade de informação, como diríamos hoje.

E a tendência maioritária era, indubitavelmente, a favor de uma liberdade de os jornalistas actuarem de forma crítica em relação à sociedade moçambicana. E, nesse sentido, se elaboraram textos razoavelmente claros.

Estes trabalhos preparatórios, no entanto, decorreram durante uma ausência, fora do país, do Ministro da Informação, Jorge Rebelo.

No próprio dia em que este chegou a Maputo deve ter sido informado da tendência prevalecente nos trabalhos preparatórios do Seminário e, aproveitando-se de haver, nesse dia, uma palestra de Luis Bernardo Honwana, Jorge Rebelo apareceu, pela primeira vez nos trabalhos preparatórios. finda a palestra de Luis Bernardo Honwana o então Ministro da Informação trouxe para o debate o tema da crítica e ouviu algumas intervenções sobre o tema.

A sua resposta foi de tal forma violenta que toda a gente percebeu que os trabalhos estavam a ter uma mudança de orientação de 180 graus. Uma comissão de redacção foi encarregada de reescrever os textos já elaborados, à luz da nova situação. Recordo-me de um comentário do chefe do grupo de trabalho que tinha antes redigido o texto sobre a

Crítica, depois de ler o novo texto saído da comissão. Segundo ele o texto estava "irreconhecível".

O método como os trabalhos decorreram a partir de aí e nos próprios dias do Seminário nada teve a ver com a fase anterior da preparação. O Seminário foi um encontro disciplinado, sem dúvidas nem controvérsias, com a certeza de quem tem a verdade consigo e dela não abdica.

Esta seqüência de acontecimentos foi extremamente pedagógica para a maior parte dos jornalistas. Finalmente perceberam que as ilusões de liberdade de informação não eram mais do que isso mesmo, ilusões. Por muito aberto que fosse o discurso do poder, e por vezes até era, quando chegava o momento da verdade a actuação era sempre a mesma: repressiva.

Isto gerou o conhecido fenómeno da auto-censura que prevaleceu durante muito tempo, acinzentando ainda mais a nossa informação.

Um dos objectivos do I Seminário Nacional da Informação era lançar a idéia da constituição de uma organização de defesa dos interesses dos profissionais da informação.

Esta idéia avançou, entretanto, mas já não com a dinâmica que se pretendia à partida. O processo de preparação da Primeira Conferência da ONJ já não teve muito do entusiasmo do Seminário. Muita gente estava já descrente. No entanto os jornalistas mais intervenientes de novo participaram activamente no encontro com a esperança de poder eleger uma direcção que fosse verdadeiramente representativa dos interesses dos jornalistas. Posso dizer que fomos todos tomados de surpresa quando descobrimos que o sistema eleitoral iria ser o de o partido Frelimo indicar os candidatos e os delegados à Conferência baterem palmas.

É claro que esta forma de nomeação dos dirigentes da organização a transformava, à partida, naquilo que veio, de facto a ser: uma organização amorfa e inoperante durante muitos anos.

A Conferência serviu ainda, no entanto, para mais algumas ofensivas contra os chamados "esquerdistas" com o costumeiro cortejo de acusações e insultos humilhantes.

Ainda em 78 a luta por uma informação aberta, que não fosse apenas uma das faces do poder, recebeu outro golpe importante.

Na Tempo tinha-se constituído um núcleo, sob a direcção de Alves Gomes, que incluía nomes como Migueis Lopes Jr., Mendes de Oliveira e Carlos Cardoso, todos da lista dos terríveis esquerdistas.

Em 1978 realizou-se em Maputo uma reunião extraordinária do Bureau de Coordenação do Movimento dos Não Alinhados. A revista publicou, por esses dias, um artigo de Migueis Lopes Jr, crítico em relação a alguns dos governos que participariam do encontro, o que levou à apreensão da revista nas ruas.

Esta questão foi o pretexto para a demissão de Alves Gomes de director da revista e sua substituição por Mía Couto. Na mesma altura Carlos Cardoso foi transferido para o sector cultural da Rádio Moçambique. Migueis Lopes Jr. abandonou igualmente a revista por não aceitar estas medidas.

A mudança de Ministro da Informação veio criar uma nova expectativa. José Luis Cabaço não vinha das zonas libertadas. Era um cidadão urbano, conhecedor profundo dos problemas sociais da informação numa sociedade moderna. Estava, aparentemente, numa posição ideal para fazer a simbiose entre os revolucionários vindos da guerrilha, e os revolucionários urbanos, intelectuais e, neste caso, jornalistas.

A nomeação de José Luis Cabaço significa, por outro lado, que no interior da Frelimo existe também uma luta entre concepções diferentes de informação. Uma luta entre posições mais liberais e posições claramente estalinistas.

A imagem do Ministério da Informação mudou bastante. Ao ar severo, austero, rigoroso de Jorge Rebelo, sucedeu o ambiente descontraído, informal e caloroso do novo ministro.

Criaram-se expectativas de uma importante abertura na informação. As idéias que foram adiantadas e a nova linguagem prometiam uma nova realidade.

A prática, no entanto, iria mostrar que as coisas não eram assim tão simples. Por trás do rosto sorridente do novo ministro continuava a perfilar-se a sombra severa do Secretário do Trabalho Ideológico do Partido. E, rapidamente se viu que Cabaço não tinha o poder suficiente para mudar a realidade. Podia mudar a imagem exterior das coisas mas não o seu essencial. O caso do jornal Domingo foi o exemplo mais claro deste problema.

Um jornal que nasceu com a força e o entusiasmo de profissionais querendo fazer um jornalismo diferente, fugindo do cinzento característico do resto da informação. Dizia-se no editorial do primeiro número, que o Domingo era o resultado de "toda uma história de luta dos profissionais do jornalismo em Moçambique por uma informação digna, honesta e com as cores vivas da nossa revolução."

Mas esta experiência mostrou-se difícil desde antes do primeiro número. Nos debates sobre o que iria ser o novo jornal, a equipe constitutiva lutava para que fosse o órgão de informação de que o país precisava em termos de seriedade informativa, por um lado, e leveza e criatividade de apresentação, por outro.

O poder, representado pelo Ministro da Informação procurava impôr um jornal que fosse um repositório de aspectos culturais e de divertimento, sem praticamente nenhuma interferência no campo do jornalismo de intervenção.

Como a equipe constitutiva do jornal ganhou o primeiro assalto do combate, era necessário ao poder desfazer esta equipe. E isso foi feito muito pouco depois do lançamento do jornal, usando como instrumento o director nomeado à última hora, o fotógrafo Ricardo Rangel. Com a minha transferência para a Rádio Moçambique, para um lugar que foi inventado de propósito para me receber, e com a transferência do Mário Ferro para o Notícias.

Um ano antes surgia uma bolha de oxigênio. Ao sabor da "ofensiva política e organizacional" de Samora Machel é criado o fantasma Amade Chamisse.

Amade Chamisse foi a assinatura colectiva de um grupo de jornalistas, todos recrutados na reserva sempre activa dos "esquerdistas da informação", que foram autorizados a publicar as críticas mais incisivas ao mau funcionamento das instituições. Em todos os órgãos de informação e com o devido destaque.

Esse grupo pensou que, com o novo espírito, poderia institucionalizar-se e continuar a mesma carreira a partir de aí. Mas a regra era outra. Acabada a ofensiva presidencial as cores vivas da informação voltaram para os frascos e voltou a predominar o cinzento pesado do chumbo.

No Notícias trava-se, mais uma vez, a mesma luta. Com dois chefes de redacção verdadeiramente profissionais, Migueis Lopes Jr. e Mário Ferro, o jornal começa, de novo, a fugir do cinzento e a transformar-se em qualquer coisa mais parecida com a informação porque vinhamos lutando. É isso não convinha aos sectores do poder que queriam controlar qualquer ponto, qualquer vírgula e evitar pontos de interrogação ou de exclamação que não fossem expressamente encomendados "de cima".

O pretexto, desta vez, é a publicação de uma banda desenhada que ilustrava, livremente, o Manifesto Comunista. A liberdade do autor não agradou ao poder e o chefe de redacção responsável pela escolha da banda desenhada, Migueis Lopes Jr., foi suspenso. Suspensão que durou longos meses e terminou com a ida do jornalista para o estrangeiro para poder trabalhar.

A AIM, talvez por ser o órgão de informação mais próximo do Ministério, durante muito tempo até em termos físicos, serviu por esta época de campo de reeducação dos jornalistas que iam sendo corridos de outros órgãos de informação. Nunea se permitiu, no entanto, que se formasse uma equipa coerente e, cada vez que ela começava a surgir, o jogo das transferências desfia outra vez o perigo.

Só nos anos 80, com a direcção de Carlos Cardoso, a AIM consegue consolidar uma equipa e fazer um jornalismo coerente e, sem dúvida, o mais crítico e vivo da informação moçambicana dessa época.

Esse exercício não foi fácil nem calmo. Custou problemas sem fim aos jornalistas da Agência, mas, por outro lado, permitia ao regime mostrar, para uso externo, uma imagem de liberal, aberto e crítico.

O próprio Carlos Cardoso chegou a ser detido, por 6 dias, devido a ter publicado um artigo sobre a libertação de dois reféns pela Renamo, no Malawi, numa altura em que o Presidente Samora Machel tinha proibido qualquer referência à Renamo nos órgãos de informação.

De resto, a detenção de jornalistas devido àquilo que tinham escrito foi norma, principalmente nas províncias onde o poder se fazia sentir com incomparavelmente mais força do que em Maputo. Um dos documentos deste Seminário é disso comprovativo.

A substituição do ministro José Luis Cabaço por Teodato Hungwana veio tornar as coisas ainda mais indefinidas. Sendo, por formação, uma pessoa com um espírito aberto, Teodato Hungwana era, por outro lado, de um nível hierárquico na Frelimo muito inferior a Jorge Rebelo e mesmo a José Luis Cabaço. Esta situação faz dele um jogador da luta, dentro do partido, entre as diferentes correntes sobre a

informação, e causa, entre os jornalistas uma total incerteza sobre as posições que o Ministério vai tomar.

O controle severo sobre os órgãos de informação nunca deixa, no entanto, de se realizar e Teodato Hungwana leva-o até ao ponto da demissão de José Catorze da direcção do Notícias por razões claramente editoriais.

Toda esta história que aqui fui referindo, e que passa também pela sucessiva nomeação de pessoas da confiança do poder para a direcção da ONJ, sem possibilidade de eleições livres, até este ano, coloca uma questão importante: porque não houve uma reacção mais violenta dos profissionais da informação contra um sistema que os abafava e oprimia, esmagando todas as suas tentativas de fazer um jornalismo sério e criativo?

E aqui é necessário fazer a distinção entre a luta pela liberdade de informação no período colonial e a luta depois da Independência.

Enquanto no período colonial o governo era o inimigo a abater, após a Independência os jornalistas estavam, na sua esmagadora maioria, de acordo com os objectivos da Frelimo. Havia da parte dos jornalistas uma solidariedade com a política governamental que fazia com que a luta pela liberdade de informação fosse uma luta de dentro do sistema. Ou, pelo menos, os jornalistas sentiam-na, unilateralmente, como tal. Tenho grandes dúvidas que fosse essa a posição da maioria dos dirigentes da Frelimo, que desde o início encararam os jornalistas com desconfiança e procuraram transformá-los, em alguns casos com êxito, em muleques às ordens.

É esse relacionamento unilateral que se vai desgastando ao longo dos anos. Se, no princípio, tínhamos a confiança de que a Frelimo, dados os seus objectivos comuns aos nossos, iria fazer uma política de informação livre e aberta como queríamos, essa confiança foi sendo corroída pelos sistemáticos atropelos e pela sistemática opressão a que fomos sujeitos.

Se, na altura da Independência se fizesse uma pesquisa nas redacções, penso que a percentagem de apoiantes entusiásticos da Frelimo andaria perto dos 100%. A mesma pesquisa hoje daria, decerto, resultados muito diferentes. E mesmo muitos dos jornalistas que, em próximas eleições, votarão Frelimo, irão fazê-lo, muito provavelmente, por ser o mal menor, perante partidos emergentes sem qualquer capacidade para serem alternativa.

Por outro lado, as sucessivas purgas e o facto de praticamente nada mudar na política da informação fez com que muitos dos jornalistas mais antigos fossem abandonando as redacções, dando lugar a colegas muito mais novos, em grande parte saídos da Escola de Jornalismo.

Estes jovens não tinham, na sua maior parte, idade para terem vivido a grande euforia da Independência nem tinham conhecido o período colonial.

Estes aspectos faziam com que esses jovens não tivessem, à partida a mesma solidariedade com a Frelimo que tinham, apesar de tudo, os mais velhos. Pelo contrário, a dureza das condições de vida, que se degradavam



de dia para dia, fazia deles pessoas muito críticas do poder e de uma forma mais liberta de compromissos.

São estes jovens que hoje enchem as redacções e que, vivendo para o presente e para o futuro, lutam para que a sua profissão seja uma coisa diferente daquilo que eles praticamente toda a vida conheceram.

Talvez esta mudança de geração na luta pela liberdade de informação tenha estado na origem da mudança de adjectivos na designação oficial. E, da última vez que o poder achou por bem chamar-nos nomes, passou dos tradicionais "esquerdistas" para o mais moderno "anarco-liberais".

Nos últimos tempos, desgastada a solidariedade e a confiança no poder, os jornalistas foram forçados a procurar outras formas de obter e consolidar a liberdade de imprensa. O processo inicia-se à margem da ONJ com um abaixo assinado.

Esse abaixo assinado cai como uma bomba, provocando ondas de choque entre os jornalistas e o poder.

Um seminário organizado pela ONJ, claramente para anular o efeito do abaixo-assinado, vê o tiro a sair pela culatra e acaba por dar o seu apoio às idéias do documento.

Segue-se o encontro dos jornalistas com o Presidente da República. Encontro que durou cerca de seis horas e em que o Chefe do Estado enfrentou uma sala em que todas as intervenções foram no mesmo sentido: queremos liberdade de imprensa.

A partir de aí tornava-se difícil impedir o processo. Mas a luta não parou. Depois de ser aceita o princípio de a Constituição incluir a liberdade de imprensa, o que não estava previsto no texto inicial, o combate passou para o campo jurídico, na elaboração da lei de Imprensa, com parte do poder a querer manter o controle sobre a informação e outra parte, do lado dos jornalistas, a querer abrir o mais possível as perspectivas. E o resultado obtido, embora aceitável, não foi uma vitória total para o nosso lado, longe disso.

Neste momento temos uma relativa liberdade de informação. Estamos ainda a experimentar os seus limites, a apalpar cautelosamente as consequências de cada passo que damos.

Mas não devemos adormecer sobre esta conquista. Ela deriva, em grande parte, de um enfraquecimento estrutural do poder. Se, com a paz, o poder se reforçar de novo, nada nos garante que esta relativa liberdade de hoje se mantenha. Seja quem for que esteja nesse poder reforçado.

A nossa luta deve, portanto, permanecer, para firmar cada vez mais na legislação e na Constituição as garantias de liberdade de imprensa, para ela seja, cada vez mais difícil de ser posta em causa.

E, por isto, embora a frase esteja a ficar fora de moda, eu termino a minha intervenção dizendo que, pela liberdade de informação, a luta continua.